

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Graduação em Ciências Socioambientais

FRANCIS FREITAS COSTA

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE DE MELO VIANA, ESMERALDAS,
MINAS GERAIS**

BELO HORIZONTE

2022

FRANCIS FREITAS COSTA

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE DE MELO VIANA, ESMERALDAS,
MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Sibelle Cornélio Diniz da Costa
Coorientador: Aderval Costa Filho

BELO HORIZONTE

2022

FRANCIS FREITAS COSTA

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE DE MELO VIANA, ESMERALDAS,
MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Aprovado em 13 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora: Sibelle Cornélio Diniz da Costa
Orientadora

Professor Aderval Costa Filho
Afiliações

Dedico essa produção à querida tia Elza (*in memorian*) e ao vovô João Ferreira (*in memorian*), que em suas trajetórias de vida me inspiraram na luta ambiental e socioambiental em busca equilíbrio e de justiça, um norte harmônico entre pessoas e natureza para muito além da caridade. Estendo a toda parte de minha família de lado a lado que me acolheu, mesmo em períodos nebulosos, com esperança e luta.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço à Universidade Pública Brasileira e quem a constrói, às Entidades de Base CASa, Cals, DA FAFICH, DCE, UNE, às trabalhadoras da FUMP, PRAE, e PROGRAD pela força e assistência estudantil, aos núcleos de pesquisa e extensão como o NESTH e o Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais e aos movimentos estudantis, sociais, ecológicos e ambientais que participei nessa jornada por me ensinaram a ver, sentir e viver aliando ciência, técnica e ação em busca de excelência na prática.

Agradeço ao corpo docente da UFMG, especialmente à professora Sibelle Diniz, que aceitou esse desafio, ao professor Aderval Costa Filho, companheiro de tantas jornadas pelas bacias hidrográficas de Minas Gerais junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, aos professores Carlos Roberto Horta e Flávia Assis do NESTH por me acolherem e compartilharem tanto saber e conhecimento nos trabalhos de Pesquisa e Extensão com Economia Solidária e Comunidades Quilombolas de Minas Gerais que me acompanharam durante meu percurso acadêmico nos mais diversos departamentos pelos quais passei e vivi nos últimos anos e por me fazerem melhor.

Agradeço à APESMEV e a toda gente do distrito que participou junta deste trabalho. Também sou grato aos povos e comunidades de outras bacias, como as do Rio Doce, do Rio Jequitinhonha, do Rio Paraopeba, do Rio São Francisco e do Rio das Velhas onde estive próximo e com quem troquei e compartilhei conhecimento e saberes através dos trabalhos em campos e campus.

Eu agradeço Stephanie, Sérgio, Regina e Otávio e aos poucos e fiéis amigos e amigas que não me deixaram abandonar essa graduação, a extensão, a pesquisa, mesmo diante da dificuldade que é para a juventude periférica que ousa estudar nesse país, praticamente me arrastaram. E agradeço a minha família, que me deu todo tipo de apoio e foi fundamental para que eu chegasse até aqui em condições de seguir sonhando.

Por fim, agradeço a todas as forças da natureza através dos seus elementos por me guiarem e toda gente boa que cruzou meu caminho, seja no percurso de ensino, pesquisa, extensão ou no trabalho, que me provocaram, fortaleceram, inspiraram e me fizeram acreditar, batalhar e agir mirando um norte de futuro melhor ao sul.

RESUMO

O presente trabalho explora e percorre o processo de chegada da Economia Popular Solidária no distrito de Melo Viana, em Esmeraldas, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, realizado pelo NESTH/UFMG (Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano) até sua etapa de comercialização. A Economia Solidária sempre esteve associada à luta da classe trabalhadora, principalmente aos mais vulneráveis socioeconomicamente na busca por melhoria de vida ou mesmo a emancipação de classe. Sendo esta a situação da comunidade de Melo Viana, o Núcleo e sua equipe trabalhou no apoio e na assessoria em Economia Popular Solidária no distrito, na esperança de melhorar a vida dessas pessoas partindo de perspectivas inovadoras. Embora este projeto já tenha sido abordado em outros trabalhos acadêmicos, desejou-se explorar mais amplamente a experiência por meio desse trabalho, através do ponto de vista do autor, que também participou presencialmente e efetivamente do projeto. Para a realização do trabalho foram observadas a história da Economia Solidária e seu contexto atual, recorrendo-se a autores consagrados no assunto e dados oficiais, como os do IPEA e IBGE. Por fim, a própria experiência em Melo Viana foi apresentada e analisada, corroborando estudos anteriores e observando situações novas vivenciadas em campo. Embora o estudo dessa experiência não possa ser amplamente utilizado como referência para a implementação da Economia Popular Solidária em comunidades no geral, acredita-se na sua importância para se entender melhor como essas experiências podem ser desenvolvidas em nível local e quais são seus efeitos para o território e seus moradores, partindo do que é possível ser executado com as condições objetivas postas.

Palavras-chave: Autogestão; Economia Solidária; Economia Popular Solidária; Metodologias Participativas; Pesquisa-Ação.

ABSTRACT

The present work explores and covers the process of arrival of the Popular Solidarity Economy in the district of Melo Viana, in Esmeraldas, Metropolitan Region of Belo Horizonte, Minas Gerais, carried out by NESTH/UFMG (Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano) until its stage of commercialization. The Solidarity Economy has always been associated with the struggle of the working class, especially the most socioeconomically vulnerable in the search for a better life or even class emancipation. This being the situation of the Melo Viana community, the Nucleus and its team worked to support and advise on Popular Solidarity Economy in the district, hoping to improve the lives of these people from innovative perspectives. Although this project has already been addressed in other academic works, we wanted to explore the experience more widely through this work, through the author's point of view, who also participated in person and effectively in the project. To carry out the work, the history of the Solidarity Economy and its current context were observed, resorting to renowned authors in the subject and official data, such as those from IPEA and IBGE. Finally, the experience in Melo Viana itself was presented and analyzed by the author, corroborating previous studies and observing new situations experienced in the field. Although the study of this experience cannot be widely used as a reference for the implementation of Popular Solidarity Economy in communities in general, we believe in its importance to better understand how these experiences can be developed at the local level and what are their effects for the future. territory and its residents, starting from what is possible to be executed with the objective conditions in place.

Keywords: Self-management; Solidarity economy; Solidarity Popular Economy; Participatory Methodologies; Action Research.

SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão

APESMEV - Associação de Produtores de Economia Solidária de Melo Viana

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CALS - Centro Acadêmico de Antropologia e Arqueologia da UFMG

CASa - Centro Acadêmico de Ciências Socioambientais da UFMG

CMC – Câmara Municipal de Contagem

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA FAFICH - Diretório Acadêmico Idalísio Soares Aranha Filho da UFMG

DCE - Diretório Central dos Estudantes da UFMG

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos

EES – Empreendimento Econômico Solidário

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPS – Economia Popular Solidária

ES – Economia Solidária

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

FUMP - Fundação Universitária Mendes Pimentel

GT Brasileiro – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMS - Instituto Marista de Solidariedade

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESTH – Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PMC – Prefeitura Municipal de Contagem
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
ProExt – Programa de Extensão Universitária
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT – Partido dos Trabalhadores
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OBJETIVOS	13
1.1. Objetivo geral	13
1.2. Objetivos específicos	13
2. METODOLOGIA	14
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
3.1 Conceitos e Fundamentos da Economia Solidária	17
3.2. Um breve histórico da Economia Solidária	20
3.2.1. Como surgiu a Economia Solidária?	20
3.2.2. A Economia Solidária no Brasil	22
3.2.3. A Economia Solidária em Minas Gerais	26
4. A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO DISTRITO DE MELO VIANA	30
4.1. O município de Esmeraldas e o distrito de Melo Viana	30
4.2. Sobre o NESTH	31
4.3. A implementação da Economia Popular Solidária no Distrito de Melo Viana	33
4.3.1. Primeiros contatos e descobertas	33
4.3.2. Articulações junto aos grupos de produção e as redes de apoio	35
4.3.3. Construção e Formação	37
4.3.4. Primeiros resultados após um ano do início do projeto	38
4.3.5. Outros eventos associados	40
4.3.6. Observações finais	41
5. CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O que, nos dias de hoje denominou-se por Economia Solidária ficou, por décadas imerso sob conceitos acadêmicos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Isto se deve à forma como ela se apresenta: um conjunto de atividades econômicas (desde a produção, a comercialização, o consumo, a destinação dos resíduos de produção e o cuidado com o meio ambiente a qual os coletivos estão inseridos) cuja gestão se dá via democracia direta entre os membros, sem a figura autoritária do patrão e com forte componente cultural, social e ambiental. Na busca pela diminuição das desigualdades, intrínsecas ao modelo capitalista, a Economia Popular Solidária pressupõe, num cenário ideal a colaboração mútua entre os membros e a repartição igualitária dos recursos e capital adquirido entre trabalhadores (sobras).

Tendo nascido de movimentos operários que lutavam contra o desemprego e a pobreza, na época da Revolução Industrial (SINGER, 2002b), o que hoje se concebe como Economia Solidária segue sendo praticada predominantemente por pessoas de baixa renda e empobrecidas com dificuldades de ingressar ou se manter no mercado de trabalho formal (CULTI, 2006).

O presente trabalho discorre sobre a experiência de um projeto de incubação de Economia Popular Solidária no distrito de Melo Viana, no município de Esmeraldas, pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, a qual o autor acompanhou como extensionista entre os anos de 2015 e 2016.

Durante o mapeamento da situação local, em meados de 2015, percebeu-se que a comunidade do distrito, bastante vulnerável social e economicamente carecia de políticas públicas de inclusão e geração de trabalho e renda efetivas para superação da realidade da vulnerabilidade. Verificada a necessidade da população do distrito e a oportunidade através de edital federal, Melo Viana começou a receber apoio do NESTH/UFMG (Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano) para implementação do modelo de Economia Solidária no território, tendo em vista que ações nesse sentido precisavam ser tomadas.

O estudo de caso ocorreu em campo num momento de grande retrocesso e descenso nas políticas públicas em geral, neste caso específico as relativas à

Economia Popular Solidária, com a extinção de órgãos de apoio e fomento ao movimento e perda de apoio financeiro internacional (MORAIS E BACIC, 2019). Diante desse contexto, surgem questionamentos: como as políticas e práticas de Economia Solidária chegaram, foram fomentadas e implementadas na comunidade? Como elas se desenvolveram diante das dificuldades de um período de retrocessos nas políticas de Economia Solidária? E como elas afetaram e impactaram a vida de seus integrantes e a situação econômica e social local?

Este trabalho busca responder estas questões a partir da inserção do autor no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa: Pesquisa-ação Participativa para o Desenvolvimento Local e Economia Solidária com Grupos Populares na Região de Belo Horizonte¹. Como extensionista do NESTH, no projeto do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Populares do Ministério do Trabalho), foi acompanhado todo o processo de implementação, desde o edital até a chegada do Núcleo na comunidade em trabalhos de campo e acompanhando de perto os resultados da construção dos grupos, da associação que resultou em feiras organizadas pelo núcleo e suas parcerias com entidades de apoio e fomento junto aos produtores. Observou-se, assim, como a população recebeu e reagiu à proposta da Economia Solidária, e como foi a atuação e a cooperação entre comunidade, entidades de apoio e fomento, os fóruns, os movimentos e o Estado. Referências bibliográficas também foram consultadas para contextualizar o movimento ao longo da história e no presente.

O trabalho se divide em cinco partes. A primeira é a apresentação dos objetivos. A segunda apresenta a metodologia utilizada. A terceira a contextualização da Economia Popular Solidária em nível nacional e internacional, de seu surgimento até os dias atuais. A quarta apresenta a pesquisa de campo com estudo de caso, desde as primeiras articulações até os resultados mais pertinentes e efetivos para aquele coletivo, e uma análise desses dados. E a quinta é uma conclusão sobre esses resultados.

¹ Este é o título presente no livro *Novos e Contextos e Desafios do Mundo do Trabalho*, o qual também expõe a experiência de Melo Viana com a Economia Popular Solidária.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo geral

- Apresentar e discutir possibilidades com projetos de apoio, fomento e políticas públicas de Economia Popular Solidária em comunidades, tendo como base o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa: Metodologias Participativas e pesquisa-ação para o fortalecimento da rede de alimentação e de comercialização de Economia Solidária no distrito de Melo Viana, no município de Esmeraldas/MG.

1.2. Objetivos específicos

- Caracterizar e contextualizar a Economia Solidária em âmbito nacional e internacional, discorrendo sobre seus propósitos, suas lutas, objetivos e conquistas ao longo da história.
- Discutir a realidade de Esmeraldas e do distrito de Melo Viana, bem como apresentar o processo de incubação de Economia Popular Solidária junto à comunidade, realizado pelo NESTH, desde os primeiros contatos até a consolidação da associação de produtores.
- Analisar de maneira técnica e crítica as aprendizagens e desafios enfrentados por pesquisadores e produtores durante esse processo e discutir as transformações causadas pela Economia Popular Solidária na comunidade.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do processo de incubação de Economia Popular Solidária no Distrito de Melo Viana, em Esmeraldas, Minas Gerais, entre os anos de 2015 e 2016. Segundo VENTURA (2007), um estudo de caso é uma estratégia que analisa um caso específico, bem contextualizado, na intenção de ver o que ele representa dentro de um contexto maior. Ele se apresenta como uma forma de criar referências para estudos futuros, sejam acadêmicos ou mesmo para acesso da própria comunidade, o que é uma das pretensões deste trabalho.

A oportunidade da incubação surgiu por meio de um edital do PRONINC, em 2015, e foi realizada pelo NESTH/UFMG, do qual o autor era extensionista, na época. O projeto se orientou pela metodologia da pesquisa-ação, que se caracteriza por um "processo interativo entre pesquisadores e atores" (DIONE, 2007, p. 52), no qual pesquisadores e pesquisados participam, ativa e cooperativamente, da solução (ou melhor, compreensão, pelo menos) do problema apontado (THIOLLENT, 1986). A metodologia acompanha todo o processo de decisões e tomadas de ações e tem, como último fim, não apenas ampliar os conhecimentos dos pesquisadores, como também o "nível de consciência" dos grupos trabalhados, pesquisados. Essas características tornam a metodologia de pesquisa-ação perfeita para investigar um caso de Economia Solidária, que acaba por ter a mesma finalidade em seu íntimo, segundo SINGER (2002a).

Como extensionista do NESTH, o autor acompanhou intensamente e de perto todo o processo de planejamento, abordagem, organização dos grupos, da associação e do exercício da produção coletiva na comunidade, desde as reuniões, a formação técnica e política dos moradores do distrito, a construção das feiras e a consolidação da APESMEV (Associação de Produtores de Economia Solidária de Melo Viana). Tudo foi registrado por meio de anotações em cadernos, cadernetas, pranchetas de campo e gravações em audiovisual, entretanto, parte desses arquivos se perdeu em acidentes de formatação de máquinas e equipamentos, o que o obrigou a contar principalmente com sua própria memória e a escassa bibliografia sobre o território. Dessa forma, a precisão de determinados acontecimentos foi prejudicada e foi necessário usar também trabalhos semelhantes de pesquisadores

para reafirmar algumas informações, como nos trabalhos de MEDEIROS (2018) e HORTA; ALVES (2018).

O trabalho do NESTH, no distrito, foi desenvolvido por meio de metodologias participativas e instrumentos desenvolvidos pelo próprio Núcleo. Estes instrumentos² funcionaram como um “passo-a-passo” que orientou desde as abordagens, as primeiras conversas com os agentes locais até a construção dos grupos de produção, das redes de apoio, a consolidação das atividades econômicas e da associação de produção.

Também foi realizada pesquisa bibliográfica para contextualizar a Economia Solidária e sua história, utilizando textos de autores referência no assunto, como SINGER (2002), HORTA; ALVES (2018), FRANÇA FILHO (2001) e LAVILLE (2009), além do suporte de documentos, como o resultado da II Conferência Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE, 2010) e o artigo de DINIZ; ROCHA (2019) sobre o panorama da Economia Solidária em Minas Gerais.

Na busca por caracterizar o território estudado (a cidade de Esmeraldas e o distrito de Melo Viana), utilizou-se, principalmente de fontes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além do site oficial da Prefeitura de Esmeraldas. Infelizmente, muitos dos dados obtidos estão desatualizados, uma vez que se baseiam no Censo Demográfico de 2010, último censo realizado até o momento, e ocorrido cinco anos antes do início do projeto desenvolvido pelo NESTH na comunidade. Ademais, notou-se uma escassez de estudos sobre o município de Esmeraldas, apesar de sua proximidade com a capital mineira e sua importância histórica, geográfica e socioeconômica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para todo estado de Minas Gerais.

É importante explicar que esta pesquisa se iniciou anos atrás, mas foi interrompida várias vezes, principalmente nos períodos mais críticos da maior crise sanitária da história do Brasil e do mundo, a pandemia da COVID-19. Além de pausar as atividades da universidade em vários níveis, a crise também afetou a saúde do autor entre outros aspectos biopsicossociais, físicos e psicoemocionais, além do próprio caráter de pesquisas que envolvem aspectos ambientais e socioambientais no contexto político e econômico em que o país foi posto. Isso acabou por impactar a disponibilidade em continuar acompanhando de perto e

² Estes instrumentos serão abordados com mais detalhes no Capítulo 4, nos relatos da experiência no distrito.

em alto nível, mesmo que voluntariamente a situação de Melo Viana. Dessa forma, informações mais recentes sobre o estado atual da Economia Popular Solidária no distrito não puderam ser coletadas e relatadas neste recorte específico.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Conceitos e Fundamentos da Economia Solidária

É inegável que o capitalismo é visto por grande parte da população mundial como o melhor — senão o único — modelo socioeconômico possível. O capitalismo conseguiu reunir o planeta (ou boa parte dele) sob os mesmos princípios econômicos de "produção organizada com vistas ao lucro, ao uso de mão de obra assalariada livre, ao capital majoritariamente privado, à coordenação descentralizada" (MILANOVIC, 2020), o que elevou muito a qualidade de vida das pessoas, de uma forma geral.

Contudo, SINGER (2002a) explica que o capitalismo também gerou um ciclo de competição e desigualdade brutal ao dividir a sociedade em uma classe possuidora de capital (burguesia) e uma classe que precisa vender sua força de trabalho por não ter esse capital (proletariado), gerando assim uma de suas maiores contradições. Mesmo que o *status quo* insista em dizer que essa divisão está superada, que a bibliografia sobre estes aspectos estão ultrapassadas o que se vê na prática são os detentores das riquezas aumentando seus lucros dia após dia, de forma avassaladora à custa de assalariados mal pagos, em condições de trabalho nada dignificantes e/ou mesmo sem trabalho ou emprego algum, ficando essas pessoas e o meio ambiente à margem, subjugados. Para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2002a, p.9).

CULTI (2006) também afirma que, apesar de se apresentar com diversos nomes e significados ao redor do mundo (tais como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular), a Economia Solidária (ou Economia Popular Solidária³) foca na solidariedade como princípio, e seus empreendimentos se baseiam na livre associação, no aprofundamento democrático, no trabalho cooperativo e na autogestão. Em outras palavras, pode-se dizer que a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas produzidas através do trabalho, da distribuição, da comercialização, do consumo e do crédito solidário que busca direcionar essa gestão por meio de decisões via democracia direta entre seus

³ Este trabalho não fará distinção entre os dois termos. Eles serão usados como sinônimos, mesmo que alguns pesquisadores encontrem certas diferenças entre eles.

membros, sem a figura do patrão e com forte componente cultural, social e ambiental. Como não há um patrão, os associados ou cooperados são quem dirigem os empreendimentos, e o acúmulo de capital deve ser distribuído em frações iguais e proporcionais entre quem trabalhou e produziu.

Na busca pela superação da economia capitalista (individualista, competitiva, injusta e desigual), a Economia Solidária propõe que as pessoas se unam em torno deste propósito coletivo invés de se sujeitarem a quem detém o poder, os meios de produção, o capital (SINGER, 2002a). Dispensando uma administração hierárquica (heterogestão), “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão” (SINGER, 2002a, p. 18). Dessa forma, todos os associados devem ter conhecimento sobre tudo o que ocorre na empresa, de maneira transparente para, assim, poderem participar das reuniões, do planejamento, das discussões, debates, assembleias, fóruns e da tomada de decisões. E, independente do posto de cada membro, todos devem ter o mesmo poder de voz e voto, num exercício direto de democracia.

SINGER (2002a) explica que, em alguns casos, quando as empresas solidárias são de grandes dimensões, acaba se tornando necessário criar uma hierarquia de coordenadores, encarregados ou gestores. Entretanto, ao contrário do que ocorre na heterogestão, esses cargos não estão acima dos outros. Eles servem para facilitar o fluxo de instruções e informações durante assembleias, as quais não conseguiriam permitir a participação de centenas de membros de uma só vez. Opta-se, portanto, pela organização de ações e não pelo domínio estrito, podendo haver revezamento de funções e hierarquias.

Considerando que essa nova maneira de lidar com a economia pressupõe a participação das trabalhadoras e trabalhadores desde o acesso a matérias primas até a produção, a organização do trabalho e a comercialização justa e sustentável, respeitando quem trabalha, quem consome e o meio ambiente ao mesmo tempo, “a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (SINGER, 2002a, p.19).

Esse “trabalho extra” tende a gerar um desinteresse nos membros, o que se torna um dos maiores desafios da autogestão e, conseqüentemente, da Economia Solidária. Sem a vontade de conhecer o todo, também falta interesse e informações

nas tomadas de decisões, as quais passam a ser tomadas por grupos seletos de pessoas, como explica SINGER (2002a).

CULTI (2006) menciona que esses empreendimentos são geralmente formados por pessoas de baixa renda, desempregados e trabalhadores informais. Essas pessoas, na maioria das vezes, não possuem uma boa formação política de base e, na busca de se reinserir no mercado de trabalho e/ou fugir da situação de pobreza, “muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão [de desenvolvimento humano], aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa” (SINGER, 2002a, p. 21).

Dessa forma, foi tratada, na II Conferência Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE, 2010), a necessidade de formação sistemática dessas trabalhadoras e trabalhadores, e daqueles ao seu redor, de forma a disseminar o conceito de Economia Solidária e suas vantagens em relação ao sistema capitalista vigente.

A implantação e a garantia das ações de educação, formação, pesquisa, assessoria técnica e qualificação, (...), incluirá a elevação de escolaridade, a formação permanente em economia solidária, a cidadania e os direitos humanos, a prática da autogestão e a qualificação técnica e tecnológica para criação de produtos e consolidação de empreendimentos econômicos solidários, respeitando os saberes populares (SENAES/MTE, 2010, p. 27).

Sendo assim, para fomentar a produção dentro da lógica da Economia Popular Solidária, as práticas e tarefas educativas, sob a perspectiva da educação popular e de formação para o trabalho e para vida, devem ser sistemáticas e constantes. Também faz parte desse processo a troca entre membros das universidades, o pessoal técnico disposto a abraçar os demais trabalhadores, militantes dessa causa com sua vivência e experiência teórica e prática, a evolução num progresso que inclui, acolhe e avança.

Deve-se incentivar a criação e/ou reestruturação das incubadoras populares tecnológicas de Economia Solidária para apoio na formação e assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários, desde o momento de seu surgimento, fornecendo assessoria jurídica desde a formalização até a conquista de maior autonomia organizativa e econômica. Para tanto, faz-se necessário apoiar e fomentar as incubadoras vinculadas às instituições de ensino e pesquisa e as incubadoras públicas de economia solidária, além de criar mecanismos de controle social dessas iniciativas. (SENAES/MTE, 2010, p. 29).

Essa forma de fazer economia e essas conexões agregam um valor diferenciado aos produtos e serviços da Economia Solidária se comparado ao que circula no mercado formal. As feiras são a forma mais comum de comércio dentro dessa economia e, ao promover o contato direto entre produtor e consumidor, elas atuam não apenas como espaço de venda e consumo, mas também como lugar “de articulação, divulgação, informação e formação conceitual do movimento da Economia Solidária” (SENAES/MTE, 2012, p. 193).

O comércio direto também pode ocorrer por meio de exposições, centrais de comercialização e lojas solidárias em pontos fixos ou virtuais (e-commerce), segundo a SENAES/MTE (2012).

A Economia Solidária se manifesta em empreendimentos econômico solidários, empresas com regime de autogestão, cooperativas e associações, e a comercialização dos produtos pode ocorrer, ainda, pela entrega a revendedores (a segunda forma mais comum, segundo dados do SIES⁴, 2007 *apud* SENAES/MTE, 2012), vendas a órgãos governamentais, vendas ou trocas com outros empreendimentos de Economia Solidária, escambos sem uso de moedas ou cifras.

De acordo com os ideais da Economia Solidária, todos os membros de um empreendimento econômico solidário desse devem ter a mesma parcela do capital (refletido também no direito igual de voto diante das tomadas de decisão). Dessa forma, “se a cooperativa ou empreendimento, no geral progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam igualmente dos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos” (SINGER, 2002a, p. 9). Na prática, a forma como os ganhos são distribuídos varia de empreendimento para empreendimento, sendo discutida por seus membros até chegar-se a um acordo, respeitando o princípio da autogestão e da democracia popular.

3.2. Um breve histórico da Economia Solidária

3.2.1. Como surgiu a Economia Solidária?

⁴ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Dizia SINGER (2002b, p. 1), “a Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século 19”. Isso significa que, apesar do termo Economia Solidária ser recente na história, suas práticas surgiram no período da Revolução Industrial, num processo de rebeliões, revoltas e organização da classe trabalhadora contra condições precárias e degradantes de trabalho.

FRANÇA FILHO (2001) explica que a expressão Economia Solidária vem de uma associação de iniciativa e solidariedade mútua. Dessa forma, ainda no século XIX, começaram a aparecer serviços associados a ajuda a domicílio e de “mediação social” nos bairros, “geralmente vinculados à ideia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local” (LAVILLE, 1992 *apud* FRANÇA FILHO, 2001, p. 249).

LAVILLE (2009) expõe que, um século depois, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, os sindicatos se fortaleceram como a “expressão da força operária coletiva”, buscando permitir uma democracia representativa, a negociação coletiva, e, principalmente, lidar com os conflitos de classe. Apesar de imperfeitos, eles conseguiram algumas vitórias para os trabalhadores, como a melhoria das condições de trabalho e remuneração. Ademais, a organização dos trabalhadores continuou a se fortalecer, preocupada com as relações sociais de classe e a repartição de riquezas, associando-se também a movimentos anti-autoritários, democrático populares e ecológicos (LAVILLE, 2009).

A partir da segunda metade da década de 1970, uma nova crise do sistema capitalista acarretou no fechamento de várias empresas e em altas taxas de desemprego, dos que existiam as condições de vida dos trabalhadores não eram priorizadas. Para superar a situação, apareceram “uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores (...) com o apoio de alguns sindicatos progressistas” (LECHAT, 2002, p. 6). Cooperativas de trabalhadores também foram criadas em massa por toda a Europa (DEFOURNY, 2001 *apud* LECHAT, 2002). Este esforço não apenas representou uma alternativa de fuga da crise econômica, como também uma tentativa de construção de um modelo alternativo que buscava a igualdade, oportunidades e a preocupação com o meio ambiente, tendo, inclusive, o ecologismo como uma de suas frentes e bases, mesmo que não fossem explicitamente anticapitalistas.

Como disse CARVALHO (2011, p. 5), “são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”. As promessas do capitalismo de gerar “naturalmente um processo de especialização produtiva entre os países, com a decorrente distribuição equitativa e justa dos resultados e dos ganhos do progresso tecnológico e científico.” (ALVES; FERNANDES; DINIZ, 2020, p. 4) não foram cumpridas. O que se obteve, no fim, foram os países mais ricos competindo entre si na busca por novos mercados, e para alcançar lucros cada vez maiores, recorreram à produção exagerada com mão de obra cada vez mais barata, o que resultava na redução dos direitos e da qualidade de vida da classe trabalhadora de seu próprio território e, principalmente, dos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento econômico capitalista, dada sua perspectiva eurocêntrica, consiste sempre em perda de autonomia dos indivíduos envolvidos no processo, uma vez que desconsidera características históricas e sociais fundamentais destes e designa o desenvolvimento e a acumulação como fins em si mesmos, por meio da instrumentalização do discurso econômico (ALVES; FERNANDES; DINIZ, 2020, p. 5).

Tal como afirma SANTOS (2004), “o nosso tempo é um tempo paradoxal”. Se por um lado temos os instrumentos necessários para que haja igualdade, solidariedade, liberdade e paz, o fato é que parece que essas verdades nunca estiveram tão longe de serem reais.

Percebe-se, dessa forma, que as revoltas populares e a busca por uma economia mais humana e solidária, respeitando o meio ambiente, é uma resposta natural às pressões, à desigualdade e à injustiça inerentes ao capitalismo.

3.2.2. A Economia Solidária no Brasil

Segundo CULTI (2006), a Economia Solidária no Brasil geralmente é praticada por pessoas de classes menos favorecidas, desempregados ou subempregados e trabalhadores informais. Entretanto, observa-se que parte da classe média orientada politicamente à esquerda também tem aderido à prática, mantendo o objetivo de buscar renda e certa autonomia não obtida no mercado formal de trabalho.

Assim como na Europa e em outros lugares do mundo, a Economia Solidária se fortaleceu no Brasil durante as graves crises sociais e econômicas das décadas de 1980 e 1990.

... na década de 1990 a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização das empresas públicas representaram para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma dramática ruptura causadora do desemprego com índices jamais vistos na nossa história (GUIMARÃES, 2000, p. 111).

SINGER (2002b) explica que, nesse momento marcado pelo fechamento de várias empresas e pelo aumento exacerbado de desempregados, surgiu a opção dos trabalhadores comprarem ou assumirem algumas das empresas falidas, como forma de preservarem seus postos de trabalho e obterem melhores condições de trabalho e maior qualidade de vida. Os sindicatos à óptica fortalecidos foram os principais responsáveis por intervirem perante a justiça e promoverem “a formação duma associação dos empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa” (SINGER, 2002b, p. 3).

SINGER (2002b) aponta a fábrica de sapatos, Makerly, em Franca, estado de São Paulo, como um grande marco dessa estratégia. Em 1991, a fábrica entrou em crise e, na intenção de preservar os empregos de centenas de trabalhadores, o Sindicato dos Sapateiros procurou o apoio do DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos) para transformarem a empresa em uma “fábrica dos trabalhadores”, como pontuado. Os trabalhadores da Makerly, então, se dispuseram a comprar o maquinário dos donos da empresa, mas, para conseguirem o crédito necessário, travaram uma intensa luta política e jurídica que durou mais de três meses. Esta experiência ajudou na construção de uma metodologia de “transferência de empresas capitalistas a seus empregados” por direito (SINGER, 2002b, p. 4).

Após 91 dias de pressão e negociações, assinou-se um acordo pelo qual, como garantia do empréstimo, 49% das ações da empresa ficaram com o banco. Por esse acordo, a Makerly teve de continuar sendo uma sociedade anônima e não uma cooperativa. Controlada pelos trabalhadores, a empresa funcionou nos anos seguintes com êxito, até que em Março de 1995 o governo federal interveio no Banespa e suspendeu a linha de crédito à Makerly, o que impôs o encerramento de suas atividades (SINGER, 2002b, p. 4).

Ainda segundo o autor, várias outras empresas também foram vítimas da crise e acabaram se tornando autogestionárias. Com isso, em 1994, ocorreu o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, em São Paulo, que resultou na criação da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) para ajudar na luta dos trabalhadores pela preservação de seus empregos e assessorar novas empresas solidárias. Com o sucesso de seu trabalho, a ANTEAG chegou a ser contratada, nos anos 2000, por governos que decidiram apoiar a Economia Solidária, como o do estado do Rio Grande do Sul. Em um ano de convênio com a associação, uma centena de novas cooperativas surgiram no Estado, permitindo que milhares de postos de trabalho fossem preservados e garantidos (SINGERb, 2002).

Além da ANTEAG, surgiram outras organizações com propósito semelhante, como a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), em 1999, a Campanha contra a Fome, as Incubadoras de Cooperativas Populares e a Agência de Desenvolvimento Solidário (SINGER, 2002b). É destacado ainda a formação dos Fóruns Estaduais de Cooperativas, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, e “o crescente desenvolvimento de cursos e formações de diferentes formatos em Economia Solidária e assim por diante” (SINGER, 2002b, p. 28)

Em 2003, ano inicial do primeiro governo Lula, criou-se o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), que ajudou a fortalecer a união e a criação de novos empreendimentos solidários (SENAES/MTE, 2010). Neste mesmo ano, como resultado de toda a mobilização social e experiências de políticas públicas até então,

o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES/MTE, 2010, p. 16).

Com a SENAES, a Economia Solidária se transforma em política pública de governo, uma reivindicação antiga dos movimentos, assim foi incluída no Plano Plurianual do Governo Federal, no período de 2004 até 2015 (MORAIS E BACIC, 2019, p. 16), através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com direito a receber recursos públicos do Orçamento Geral da União. Em 2006, ocorreu

a I CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária), trazendo estratégias e estabelecendo prioridades de políticas públicas para melhor desenvolver a Economia Solidária no país. Na ocasião, propôs-se a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária e de uma Lei de Economia Solidária como formas de garantir o caráter participativo e o controle social almejando o alcance dessa nova economia como política de Estado e não apenas de governo (SENAES/MTE, 2010).

Toda essa movimentação também resultou na instalação do CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária), na criação de mais legislações municipais sobre Economia Solidária e na implantação de conselhos de gestão, como a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, como no exemplo do município de Contagem em Minas Gerais um dos pioneiros com a Lei Municipal nº 4025/2006, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Contagem (PMC), aprovada pela Câmara Municipal de Contagem (CMC) que regulamenta e fomenta a Economia Solidária do Município_(SENAES/MTE, 2010).

Apesar de todos os avanços, “os programas de Economia Solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional e de pessoal com formação técnica específica para operacionalização das ações” (SENAES/MTE, 2010, p. 18). Este documento também aponta para o desafio da comercialização, a qual tem sido limitada pela dificuldade do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais, além das limitações (e até completa falta) de acesso ao financiamento e ao crédito em alguns setores.

Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente. Por um lado, pela falta de fontes de recursos disponíveis e, por outro, pela natureza institucional e pelas exigências do sistema financeiro convencional que não são condizentes com a realidade e necessidades dos empreendimentos. Além disso, os recursos disponíveis não chegam diretamente aos empreendimentos que muitas vezes não têm informação e conhecimento sobre captação de recursos, sendo acessados apenas por organizações não governamentais da sociedade civil sem fins lucrativos (SENAES/MTE, 2010, p. 19).

Em 2008, a grande crise econômica mundial contribuiu para a redução dos recursos financeiros internacionais voltados às entidades que apoiavam a Economia Solidária no Brasil, sendo um duro golpe para o movimento e para o fomento de políticas públicas relacionadas. O governo brasileiro chegou a disponibilizar alguns editais para promover este fomento aos movimentos, mas as exigências cada vez

maiores na gestão de convênios e termos de parcerias dificultavam as atividades das organizações de apoio (SENAES/MTE, 2010, p. 12).

Em 2016, as políticas públicas de Economia Solidária também sofreram um retrocesso. A SENAES foi rebaixada a Subsecretaria e perdeu grande parte dos seus fundos (MORAIS E BACIC, 2019). Segundo o Portal Unisol Brasil (2019), com a inserção da Diretoria da Economia Solidária na Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana, as políticas públicas para a Economia Solidária foram reduzidas ao público urbano e se associaram com a ideia de mera inclusão produtiva no modelo “sebraiano” (SEBRAE), ao contrário da abordagem original, que as relacionava a uma estratégia profunda e longa de desenvolvimento.

Os dados sobre os empreendimentos econômicos solidários no país carecem urgentemente de atualizações, visto que o último mapeamento foi realizado em 2013, pela SENAES. Na época, foram contabilizados 19.708 empreendimentos solidários, sendo que mais de 50% se localizavam na área rural e 41%, no Nordeste. 60% se organizavam sob forma de associação (MORAIS E BACIC, 2019). A exemplo do Censo Demográfico do IBGE que há mais de uma década não fornece números ou estatísticas gerais sobre a realidade do país, com a Economia Solidária não é diferente, se não há dados ou informações específicas fica implícita a necessidade dos governos de promoverem políticas públicas efetivas.

3.2.3. A Economia Solidária em Minas Gerais

Minas Gerais é um estado marcado por profundas desigualdades regionais desde sua fundação, sendo o norte e nordeste do estado as porções mais desprivilegiadas e desassistidas, representando, de certa forma, as características gerais da desigualdade no Brasil. A concentração de renda no estado deixa claro que as desigualdades são estruturais e isso se torna o foco da luta pela redemocratização pós-ditadura, em meados da década de 1980.

Também foi nesse período que a Economia Solidária chegou a Minas, como resposta ao desemprego gerado pela crise econômica que o país estava vivendo. Segundo DINIZ; ROCHA (2019), entidades ligadas à Igreja Católica (alas progressistas inspiradas pela Teologia da Libertação, comunidades eclesiais de base

— CEBS — e grupos de Fé e Política) e aos movimentos sociais, estudantis e sindicais começaram a desenvolver ações de incentivo à Economia Solidária. Uma das primeiras ações concretizadas foi o Banco do Povo, em 1999, em Belo Horizonte, para fornecer microcrédito para empreendimentos recém-criados e reunir fundos para a nova economia (OLIVEIRA, 2015 *apud* DINIZ; ROCHA, 2019).

Na capital mineira, o movimento foi acolhido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, no governo do prefeito Patrus Ananias (PT), no período de 1993 a 1996, quando foi criado um grupo de trabalho por iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) para debater alternativas junto aos movimentos sociais de geração de trabalho e renda, inclusive propostas de cunho solidário (COSTA, 2013). Em 2001, o FMEPS (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária) foi criado graças à intensa mobilização de trabalhadores, gestores públicos, entidades de apoio e os movimentos de Economia Solidária. No início, ele estava concentrado na capital Belo Horizonte, onde estava a maioria das entidades de Economia Popular Solidária (COSTA, 2013), mas, atualmente, o fórum é composto por 15 regionais espalhadas que abarcam os territórios em: Norte, Sul, Metropolitano, Mucuri, Rio Doce, Jequitinhonha, Zona da Mata, Noroeste, Triângulo e Alto Paranaíba.

Com o FMEPS, foi realizada a I Feira Estadual de Economia Popular Solidária e o I Ciclo de Debates da Economia Popular Solidária, em 2003 (COSTA, 2013). Neste contexto surgiu a proposta de criação de uma lei específica para regular o que propunha o movimento no estado (DINIZ; ROCHA, 2019).

Seguindo a criação da SENAES, em 2003, no âmbito federal, foi criada, em 2004, a Lei Estadual nº 15.028, que instituiu a PEFEPS (Política Estadual de Fomento à Economia Solidária). DINIZ; ROCHA (2019) destacam como pontos principais desta lei:

- a geração de trabalho e renda como principal objetivo;
- o fomento à Economia Solidária por meio da promoção de conhecimento e formação técnica para os agentes envolvidos;
- a articulação entre ações dos governos federal, estaduais e municipais;
- a constituição e atualização do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários de Minas Gerais;

- o apoio financeiro, à comercialização e ao suporte técnico e jurídico dos empreendimentos.

Apesar de ser tida como uma grande vitória para o movimento, a Lei demorou quatro anos para ser regulamentada. Neste período, foi criado o CEEPS (Conselho Estadual de Economia Solidária)

Em 2006, ocorreu a I CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária), e, entre estratégias e prioridades apontadas para o desenvolvimento da Economia Solidária, foi proposta “a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária, amparada em uma Lei de Economia Solidária, garantindo o caráter participativo e o controle social” (SENAES/MTE, 2010, p. 16). Em 2010, ocorreu a II CONAES, “com o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento” (SENAES/MTE, 2010, p. 6), que permaneceu insistindo na constituição do Sistema Nacional de Economia Solidária e na efetiva implantação da Política Nacional de Economia Solidária. Em 2014, ocorreu a III (e última) CONAES, que pretendia, entre várias coisas, a elaboração de um Plano Nacional de Economia Solidária (SILVA, N.; SILVA, M., 2017). As graves crises econômicas e políticas que desestabilizaram o Brasil impostas a partir do golpe de Estado de 2016 impossibilitaram a realização de novas conferências.

O mapeamento do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), feito entre 2010 e 2012, apresentou 1.888 empreendimentos, em Minas Gerais, sendo 50,1% deles organizados como grupos informais (ou seja, não registrados legalmente/sem CNPJ). A maioria desses empreendimentos se encontrava em área urbana (599), principalmente na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte (277), e os grupos de agricultores familiares e artesãos eram predominantes (DINIZ; ROCHA, 2019).

Também foi identificado que os empreendimentos econômico solidários mineiros têm grande articulação com movimentos sociais em geral e conseqüente boa comunicação, em comparação com a situação nacional. Sendo assim, entende-se porque seus “ganhos monetários aparecem junto a conquistas ligadas aos processos de autogestão e de integração do grupo” (DINIZ; ROCHA, 2019, p. 5). Entretanto, as autoras apontam que ainda há grande dificuldade relacionada à viabilidade dos empreendimentos e à geração de renda satisfatória, além do

problema de acesso a crédito, a proposta é de uma nova economia, mas ela segue inserida no modelo neoliberal capitalista.

Dessa forma, o que o relatório de DINIZ E ROCHA (2019) revela é que, apesar do incentivo do Governo Federal e Estadual, ainda não ocorreu a implementação efetiva de ações cruciais que já foram massivamente discutidas e debatidas entre os envolvidos com o movimento da Economia Solidária. O cenário político incerto se apresenta como mais um desafio para a Economia Popular Solidária no país e no estado.

4. A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO DISTRITO DE MELO VIANA

4.1. O município de Esmeraldas e o distrito de Melo Viana

O município de Esmeraldas fica localizado a cerca de 40 quilômetros de Belo Horizonte (45 quilômetros do centro da Capital) e é o segundo maior da Região Metropolitana, com área de 909.751 km², de acordo com o IBGE. Seu IDH era de 0,67 em 2010, bem abaixo do IDH da capital mineira no mesmo ano (0,81) e mais próximo do resultado de cidades do Vale do Jequitinhonha, como Araçuaí (0,66) e Gouveia (0,68).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, o município possuía 60.271 habitantes, e a estimativa para 2016 (a época da pesquisa) era de 68.133 moradores, ainda segundo o censo. A cidade também sofreu com um aumento da população urbana, chegando a 93,3%, em 2010, segundo a instituição. Apesar disso, o site oficial da Prefeitura de Esmeraldas⁵ aponta que “a cidade preserva características típicas do interior” e seus atrativos giram em torno das comunidades rurais no entorno, cachoeiras e fazendas coloniais e hotéis-fazenda, com destaque para a Associação dos Agricultores Familiares e da Agroindústria de Esmeraldas e a Feira de Artesanato, dentro do Mercado Municipal.

Quanto à situação econômica do município, pelos dados do censo de 2010, do IBGE, havia 28.665 (47,6%) pessoas economicamente ativas, contando com aposentados e pensionistas. Dessas, 16.990 (59,3%) eram homens e 11.675 (40,7%) eram mulheres, e 15.304 (53,4%) não tinham instrução e/ou ensino fundamental completo. Das atividades observadas na época, a seção de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas eram o que mais empregavam (4550); seguidos pela construção (4043); e indústria de transformação (2809) (IBGE, 2010).

Em 2015 e 2016, além de tudo, com a crise econômica que assolou o país, Minas Gerais sofreu com um saldo negativo de empregos formais de -66,8 mil pessoas, no final de 2015 (CAGED, 2019). Esmeraldas foi uma das cidades que sofreu com maior número de demissões, em vista das contratações, no começo de

⁵ PREFEITURA DE ESMERALDAS. Curiosidades Sobre A Cidade. [S.l.] [2015?]. Disponível em: <<https://www.esmeraldas.mg.gov.br/curiosidades-sobre-a-cidade>> Acesso em: 30 out. 2022.

2016. Com tão poucos empregos formais, Esmeraldas é considerada uma cidade dormitório, já que a maioria da sua população é obrigada a encontrar trabalho nas cidades ao redor como Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas. HORTA; ALVES (2018) apontam que as distâncias entre a sede e os distritos, a falta de ônibus regulares, a baixa instrução escolar e acabam incentivando a população a recorrer ao trabalho informal como única alternativa de geração de renda e sobrevivência no contexto de crise econômica.

O distrito de Melo Viana, onde foi realizado o trabalho de campo, fica a 30 quilômetros da sede da cidade. Em 2014, segundo a Sinopse por Setores, do IBGE, havia 12.665 residentes no distrito (19,12% da população esmeraldense), sendo 6.366 (50,3%) mulheres e 6.289 (49,7%) homens, e um total de 5.651 domicílios nos 25 bairros do território.

Segundo a Leitura Comunitária do Município de Esmeraldas⁶, realizada em 2014, foi constatado que, em Melo Viana, cerca de 70% dos moradores trabalhavam em Belo Horizonte, e que o distrito carecia de saúde, pavimentação, saneamento básico, transporte público, lazer, educação e segurança, sendo que esta e melhorias na infraestrutura urbana foram apontadas como prioridades pela população.

4.2. Sobre o NESTH

O NESTH/UFMG (Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano) foi criado em 1984, período de transição de ditadura civil militar para democracia, no qual emergia movimentos da classe trabalhadora por direitos, o núcleo atuava desde 1979 com o nome de Laboratório de Movimentos Sociais Urbanos. Segundo sua página oficial no site da FAFICH, desde a sua fundação, o Núcleo esteve ligado a premissas relacionadas ao mundo do trabalho, atuando nos campos de pesquisa, ensino e extensão, e estabelecendo parcerias com organizações diversas e instituições com propósitos afins de produzir com excelência.

⁶ A Leitura Comunitária do Município de Esmeraldas foi realizada em 2014 pela VAS-Valle Alvarenga Sustentabilidade, contratada pela Prefeitura de Esmeraldas. Este processo contou com reuniões com moradores de cada comunidade do município para identificar os problemas e potencialidades de cada localidade, bem como possíveis soluções. O objetivo final dessa Leitura era a Revisão do Plano Diretor de Esmeraldas.

Atualmente, o NESTH se vê chamado a "intervir" nos chamados "mundos do trabalho", não só com estudos e pesquisas, mas com ações que visem acompanhar os homens e mulheres no trabalho, em intervenções psicossociais de grupos, terapias no campo de doenças mentais, formação sociopolítica e administrativa, transformação dos elementos materiais da situação do trabalho e organização do trabalho (NESTH⁷).

As atividades do Núcleo geralmente envolviam a participação de professores de diversos Departamentos e Unidades da UFMG, assim como funcionários e alunos interessados em projetos que focassem na questão do trabalho e da emancipação da classe trabalhadora.

Tendo se consolidado como um laboratório associado ao CNPq, e objetivando estender a produção acadêmica para fora da universidade e com excelência, o Núcleo teve forte instrumento poderoso de estímulo e fortalecimento da lógica da Economia Popular Solidária nos últimos anos de atuação nos territórios, principalmente.

O NESTH realizou importantes trabalhos via ProExt (Programa de Extensão Universitária), no período entre 2010 e 2015, fortemente associados à Economia Solidária. Foram eles:

- 2010 — TURISMO SOLIDÁRIO QUILOMBOLA EM TRÊS BARRAS - MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG;
- 2011 — PROGRAMA DE ESTÍMULO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS;
- 2012 — PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAES;
- 2013 — CONSTRUÇÃO DE REDE E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS;
- 2015 — PROJETO DE INCUBADORA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MELO VIANA - ESMERALDAS/MG.

Como se pôde observar, a pesquisa no distrito de Melo Viana foi o último projeto realizado pelo NESTH, já que o país começou a sofrer com uma grave crise econômico-política, em 2016, associada ao golpe de Estado, que interrompeu bruscamente através de um Impeachment o governo da presidenta Dilma Rousseff e o apoio ao desenvolvimento de projetos de extensão universitária voltados para a

⁷ NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO HUMANO. Histórico. [S.l.] [2015?]. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/historico.html>> Acesso em: 12 ago. 2020.

construção de políticas públicas, principalmente no grande campo da Economia Solidária.

Com a aposentadoria compulsória do coordenador professor Carlos Roberto Horta (Bebeto), em 2019, as atividades do Núcleo também foram suspensas por tempo indeterminado.

4.3. A implementação da Economia Popular Solidária no Distrito de Melo Viana

4.3.1. Primeiros contatos e descobertas

A atuação do NESTH em Melo Viana teve início no ano de 2015. As ações começaram por demandas do Fórum Mineiro de Economia Solidária onde lideranças apontaram a possibilidade do estímulo à produção, a criação de grupos de produção e até mesmo a criação de uma feirinha na praça principal. Uma das lideranças já tinha experiência de longa data dentro do movimento de Economia Popular Solidária, chegando à coordenação dos Fóruns Mineiro e Brasileiro de Economia Solidária, por já ter tentado implementar uma cooperativa no distrito e fundar um banco comunitário na região que ficou inviabilizado por falta de apoio e recursos. O trabalho foi consolidado pelo PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Populares) com recursos advindos da SENAES, através do CNPq.

Visando entender as dinâmicas locais e realizar um diagnóstico da realidade local, a fim de mapear e avaliar a viabilidade e real necessidade de implementar o projeto na comunidade, o NESTH se reuniu com moradores de pontos diversos do distrito. Alguns destes já eram membros ou participavam, de alguma maneira, dos fóruns metropolitano e mineiro de Economia Solidária. Uma dessas referências dos fóruns de Economia Solidária, que era de Esmeraldas, orientou a equipe do núcleo e indicou algumas pessoas para os agentes do NESTH abordarem, conversarem e direcionarem os diálogos para o foco do edital, a Economia Popular Solidária. Essas pessoas eram, de modo geral, produtoras, mesmo que de forma individualizada ou familiar. As perguntas, parte de um roteiro semiestruturado, abordavam o que elas sabiam fazer, com a intenção de mapear as potencialidades locais. Nesta primeira

abordagem, foi explicado, de maneira preliminar e sucinta, o projeto de Economia Solidária no território (um assunto que seria aprofundado posteriormente). Também reuniu-se com lideranças religiosas e outras, com representantes do comércio local e com agentes públicos para definição coletiva dos rumos do projeto, que visava desde o início as ações coletivas para nascer e crescer forte.

O programa foi executado através de metodologias participativas e instrumentos de trabalho desenvolvidos pelo próprio NESTH no decorrer das décadas de experiência em pesquisa e extensão. Os tópicos aplicados no território foram:

- Instrumento 1 – conversa com lideranças locais;
- Instrumento 2 – conversa com pessoas com conhecimento da história do local, das famílias e do povoamento da área;
- Instrumento 3 – pesquisa nos domicílios;
- Instrumento 4 – pesquisa com o poder local;
- Instrumento 5 – encontro geral com os entrevistados;
- Instrumento 6 – formação para o trabalho e para a organização em cooperativa;
- Instrumento 7 – concentração da comunidade em praça pública;
- Instrumento 8 – construção de redes de apoio (HORTA; ALVES, 2018).

Com o passar do tempo, o aprofundamento das pesquisas, dos trabalhos e da própria prática de campo, a realidade local se apresentou bem diferente da relatada a princípio pelas lideranças locais da comunidade. A comunidade sofria, entre outras coisas, com falta de segurança e problemas de infraestrutura urbana, o que poderia atrapalhar a realização de projetos futuros, como as feiras, tão comuns na economia solidária. Daí surgiu a necessidade de utilização do Instrumento 4 – conversa com o poder local onde buscou-se contato com o prefeito, seu secretariado, agentes do banco comunitário de Esmeraldas, EMATER, empreendedores e comerciantes locais, na intenção de contornar o desafio e pavimentar caminhos que viabilizassem a implementação da Economia Popular Solidária no distrito.

Dadas as condições de pobreza e vulnerabilidade, além da falta de empregos formais na região, o NESTH julgou que o desenvolvimento de um projeto de fomento à Economia Solidária em Melo Viana seria uma iniciativa adequada para estimular e

assim promover o desenvolvimento local por meio de intervenções participativas e sustentáveis, além de oferecer geração de renda mais próxima das residências das produtoras.

Com o avanço dos trabalhos e novos dados coletados sobre as potencialidades e o tipo de produção verificou-se diversificação dos gêneros alimentícios como: feijão tropeiro, caldos, churrasquinho, pães, bolos, doces, salgados diversos, entre outros produtos artesanais em madeira, bijuterias, couro, pedras, de vestuário de peças íntimas, tapeçaria, calçados, enfeites, plantas ornamentais e suculentas cultivadas pelo grupo etc... Com essa realidade aparentemente promissora, o NESTH traçou uma nova proposta de ação, em uma reunião de imersão no núcleo da UFMG, dessa vez sem a presença de lideranças locais. A etapa posterior, então, consistiu na reunião com o grupo no distrito visando a organização desses grupos de produção já existentes e com esse grande potencial e outros que desejavam assim se constituir, no qual os moradores, em sua maioria, mulheres, se reuniam uma vez por semana ao longo dos meses para formações em Economia Popular Solidária na construção do grupo e das redes, até chegar a etapa posterior de comercialização, uma rotina sistemática baseada na pedagogia e em dinâmicas populares levadas pelo NESTH e compartilhadas a partir das experiências de vida de cada indivíduo, de cada grupo.

4.3.2. Articulações junto aos grupos de produção e as redes de apoio

Toda essa movimentação despertou a atenção do administrador regional do distrito, que após as abordagens e diálogos prontamente ofereceu apoio por meio de secretarias municipais. Foi então que surgiu a ideia da feira na praça principal de Melo Viana, para, então, serem iniciados os trabalhos de comercialização, um dos propósitos do edital e da própria Economia Popular Solidária.

Para esta primeira experiência de feira, em março de 2015, foram convidados Empreendimentos Econômicos Solidários de toda RMBH, na intenção de demonstrar as dinâmicas de uma feira na prática e de estimular as produtoras e os grupos iniciantes. As pequenas produtoras e produtores de Melo Viana já envolvidas no

projeto e que se interessaram em participar, também puderam expor seus produtos, para sentirem numa experiência prática do que se tratava o projeto como um todo. Foi feita uma parceria com o Instituto Pauline Reichstul, Cáritas Brasileira Regional Minas Geraes e IMS (Instituto Marista de Solidariedade) para apoiar junto a suas redes em geral e fazerem divulgação e propaganda da feira. Foram feitos anúncios na rádio local do distrito e distribuídos panfletos em toda regional Melo Viana. O NESTH custeou o aluguel das barracas e outras despesas, como propagandas em motos, em equipamentos de som e em faixas, que foram espalhadas pelo distrito e regiões adjacentes onde circulavam o público potencial consumidor da produção de Economia Solidária.

Apesar disso, ao contrário da grande expectativa que se criou, a primeira feira teve baixa adesão e participação da população local (não se sabe bem os motivos). Mesmo assim, a experiência motivou as produtoras e produtores locais a fazerem reuniões mais frequentes, cada vez mais incisivas e mais sérias, que dariam início, de fato, às formações técnico-políticas.

Acredita-se que essa motivação se deu fundamentalmente em função da interação das produtoras e dos produtores de Melo Viana com os produtores de empreendedores solidários mais consolidados dentro dos movimentos de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana e do estado. Como expresso anteriormente, segundo a SENAES/MTE (2012), além da comercialização dos produtos, as feiras permitem uma importante troca de conhecimento acerca do movimento da Economia Solidária e das possibilidades alternativas que essa novidade traz. Mesmo com os baixos resultados econômicos, percebe-se, assim, que a comunidade envolvida começou a compreender a dimensão da nova economia a partir da experiência da feira na praça principal do distrito de Melo Viana.

Em compensação, notou-se um desânimo do poder público, que não demonstrou interesse em continuar acompanhando o projeto de perto, como expressado em reuniões anteriores. Acredita-se que houve uma desilusão, na qual expectativas de sucesso imediato e ganhos políticos não foram alcançados como o esperado.

Para a realização das reuniões, foi estabelecida uma parceria com a Igreja Católica local, o salão paroquial foi disponibilizado para os encontros periódicos que viriam a ser semanais. O grupo de produtores e de agentes do NESTH decidiu que a

presença nessas reuniões seria um critério imprescindível para a participação nas feiras seguintes, o que demonstra uma preocupação com a autogestão na tomada de decisões, temas abordados desde a chegada do núcleo até o final da assessoria.

A feira posterior teve características bastante distintas da primeira. Ela contou com a participação do prefeito, de parte do secretariado como visitantes, de consumidores e de apoiadores, da rádio local e de comerciantes, e foi feita apenas pelos produtores de Melo Viana, tendo empreendimentos de outras regiões apenas como apoiadores ou consumidores.

Após a avaliação da segunda-feira, percebeu-se novamente a necessidade de intensificação da propaganda e da divulgação em todos os meios e canais possíveis, visando o aumento da visibilidade. Além disso, a qualidade dos produtos artesanais não agradaram parte do público de Melo Viana que se manifestou, acostumado com produtos industrializados acabaram por comparar os produtos com características e peculiaridades artesanais com os do mercado tradicional.

Reunida, a equipe gestora do projeto verificou a importância de uma formação técnica para a criação e produção de tal forma que os consumidores agradassem mais do que era exposto nas barracas. Foram organizadas oficinas para confecção de novos produtos artesanais principalmente, que foram apresentados nas próximas feiras. Como parte da formação técnica, houve também a presença de um advogado, que trouxe informações jurídicas sobre como se cria e constitui uma associação ou uma cooperativa de produção e comercialização como se esperava para Melo Viana.

4.3.3. Construção e Formação

As reuniões de planejamento e encontros de formação em Economia Solidária, conduzidas pela equipe do NESTH, levaram diversas novidades para a maior parte das pessoas envolvidas que nunca haviam tido contato com esse tipo de abordagem de quem quer que seja. As formações eram técnicas e políticas, baseadas no acervo do próprio NESTH, em literatura específicas e na troca mútua de conhecimento entre produtoras, produtores associados e os agentes da UFMG ali representados pelo NESTH.

Foram abordados vários pontos dentro da lógica e dos princípios da Economia Solidária, como: autogestão, respeito mútuo entre quem produz, quem comercializa, quem compra, consome e troca e ao ambiente onde estão; além das capacitações técnicas necessárias baseadas na diversidade, priorizando as pessoas e a natureza, ao invés do acúmulo do capital.

Mesmo assim, alguns produtores locais tiveram dificuldades de entender os princípios da Economia Solidária e lidaram com o processo como se buscassem uma formação gerencial, empresarial, nos moldes das metodologias de entidades como o SEBRAE, por exemplo que fogem totalmente à lógica de uma economia realmente solidária, priorizando o individualismo e a competitividade como pilares. Alguns desses produtores também estavam interessados em comercializar produtos industrializados, como os shoppings populares e feiras comuns em grandes centros urbanos e periferias do Brasil. Entretanto, foi acordado desde o princípio (com os técnicos responsáveis pela formação, produtoras e produtores e agentes do NESTH em primeiro lugar) que a comercialização envolveria apenas a produção artesanal e não revenda de “bugingangas” que seriam encontradas em qualquer comércio do distrito ou do município. A intenção era mostrar o diferencial da Economia Popular Solidária e seus ganhos com a prática cotidiana a médio e longo prazo a partir da consolidação das estratégias debatidas, discutidas e postas em práticas com a formação técnico política.

Como verificado no primeiro mapeamento, a maioria dos produtores trabalhavam com alimentos e artesanato e a partir disso, foram organizadas oficinas para confecção de novos produtos, que foram apresentados na sequência feiras seguintes, que mesmo com seus altos e baixos resistiu à falta de apoio do poder público local, aos conflitos entre os grupos e associados e aos interesses de outros membros da comunidade não ligados diretamente a eles e as feiras.

4.3.4. Primeiros resultados após um ano do início do projeto

Após um ano de trabalho conjunto entre NESTH e os empreendimentos solidários dos produtores de Melo Viana, incluindo as formações em Economia Solidária, formação técnica e aluguel de barracas para as feiras, houve, enfim, uma autorização para a compra de barracas, autorizada pela SENAES, então vinculada

ao MTE. Sendo assim, foram compradas quinze barracas, o que ajudou a fortalecer o grupo dentro da proposta de espírito coletivo apresentada desde o início dos trabalhos.

Foi observado que essas barracas foram usadas coletivamente, ressaltando a solidariedade inerente ao modelo econômico introduzido no local, que se mostra benéfico a todo o grupo: um ganha, todos ganham. Os produtores e produtoras não apenas revezavam a utilização das barracas, como também as compartilhavam, dependendo dos produtos que comercializavam. Vendo as necessidades do momento sendo supridas com o compartilhamento, acredita-se que os produtores puderam compreender melhor a diferença entre a Economia Popular Solidária e o modelo a que estavam acostumados antes, cada uma por si.

Outra conquista do grupo foi a criação da Associação de Produtores de Melo Viana (APESMEV), fundada em assembleia, em 14 de julho de 2016, aberta para o ingresso de qualquer empreendimento de Esmeraldas, tendo como critério básico para permanência como associado seguir participando das reuniões periódicas e ser um EES (Empreendimento Econômico Solidário). Os cargos de presidenta, secretária e tesoureira foram preenchidos por indicação e votação dos associados e, no regimento interno, foi determinado o uso coletivo das barracas. As reuniões permaneceram acontecendo todas as quartas-feiras, no salão paroquial. Tudo isso denota um importante avanço na organização política do grupo, fenômeno comum para o fortalecimento dos EES e da própria Economia Popular Solidária, mesmo que em nível local, podendo assim influenciar em outros âmbitos e até em nível global.

Neste período mais avançado da incubação, o NESTH acompanhava a organização da associação, das reuniões e a logística das feiras aos sábados, através de um grupo do Whatsapp. Quatro integrantes do Núcleo ainda participavam das reuniões presencialmente.

Ao longo de 2016, porém, houve uma grande rotatividade de produtores com a esperança de conseguirem uma renda em curto prazo, mas que não participaram do processo de construção. SINGER (2002a) aponta para esse problema, ao mencionar que parte das pessoas que se interessam pela Economia Solidária estão apenas interessadas em se reinserir na produção social e escapar da pobreza. Isso, geralmente, não é o suficiente para manter os trabalhadores por muito tempo no movimento, visto que a autogestão exige um esforço muito grande e retornos financeiros, muitas vezes, baixos e demorados.

Isso faz parte das dificuldades que o grupo de produtores de Melo Viana teve que enfrentar desde o início e, principalmente as mulheres do coletivo (que eram a maioria) tiveram grande empenho em manter forte o espírito da Economia Popular Solidária na comunidade. Nisso, vê-se a importância da formação inicial, para que as pessoas possam conhecer e acreditar no movimento como a melhor alternativa. A maioria das mulheres participantes eram chefes de família e nenhuma tinha ensino médio completo. Isso significa que suas responsabilidades eram muitas e as oportunidades poucas.

Ademais, a Prefeitura de Esmeraldas não se interessou em renovar o alvará de liberação da feira em nome da Associação, como era feito a princípio, e passou a liberá-lo apenas individualmente (MEDEIROS, 2018). Isso desestimulou a organização coletiva e os membros, porém acredita-se que as bases da Economia Popular Solidária já haviam sido assimiladas pela maioria dos produtores, prevalecendo os valores de pertencimento e solidariedade. Isso se vê na decisão da Associação de criar um fundo solidário (caixinha) para lidar com o problema da falta de recursos, uma vez que naquele ponto o NESTH não tinha condições de oferecer apoio material e financeiro de forma significativa. Este fundo se concretizou na forma de uma caixinha solidária que recebia contribuições dos associados com parte dos lucros (sobras) de seu trabalho e o dinheiro arrecadado seria utilizado para a garantia da continuidade do grupo, estimulando o desenvolvimento da produção que já vinha acontecendo. Isso foi feito atrelado aos problemas e dilemas de toda a comunidade, ocorrendo não apenas em prol do coletivo associado, mas de toda a comunidade de Melo Viana.

4.3.5. Outros eventos associados

Dentro do processo, aconteceram eventos importantes para a inclusão da comunidade no projeto, como foi o caso do dia das crianças de 2016. A festinha foi debatida em reunião realizada durante uma das feiras, contando com atividades lúdicas, culturais, presentes e com a participação da equipe do NESTH, não apenas como apoiadores, mas também como consumidores diretos. A resposta da comunidade foi boa, a população comentava sobre a novidade, os comércios do entorno da praça, como padaria, mercado e bares aumentaram seu fluxo,

melhorando a integração com o lugar, de acordo com relatos de membros da associação.

Ainda nessa linha, foi realizado um festival de arte e cultura que estimulava e apoiava a interação em comunidade. Para essa atividade, foi intensificada a propaganda, com a criação de uma marca e a divulgação com a colocação de faixas pela região do entorno do distrito, além da divulgação “boca a boca”. Porém, foi no momento em que o NESTH deixou de atuar na comunidade com seu papel de incubadora social e com o fim dos recursos do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) para arcar com mobilização, divulgação e propaganda, que a associação teve que começar a caminhar com as próprias pernas.

4.3.6. Observações finais

Com toda essa situação posta, ficou claro como o processo de autogestão na associação buscou elevar a integração e a ascensão comunitária a partir do trabalho. Partindo das ações do projeto, a coletividade passou a ser priorizada em vários momentos em detrimento à lógica individualista latente ou escancarada em comunidades como a do distrito e mesmo com toda dificuldade inerente ao início dos processos de criação de empreendimentos econômicos solidários e associações de produção.

Em relação ao grupo de produtores que se mostrou interessado no início do projeto, muitos desistiram ao longo do processo⁸. Parte queria trabalhar no formato de produção e de uma feira convencional, outra esperava ganhos imediatos, o que nunca havia sido prometido ou acordado entre as partes envolvidas. Como já apontado acima, esse é um problema comum nas iniciativas de Economia Popular Solidária e que pode levar ao desestímulo dos outros membros. Por outro lado, durante o período observado, foram principalmente as mulheres que se mantiveram firmes na proposta de uma Economia Popular Solidária no distrito, pois além de ganhos econômicos elas também vislumbravam independência, autonomia e melhorias na qualidade de vida.

⁸ Apesar dessa percepção, não se detém dados específicos da quantidade de participantes do início da incubação até o final dela, em 2016(ver data).

É importante reforçar que, desde o começo da Associação, a APESMEV se manteve em contato direto com órgãos governamentais como a administração regional do distrito, vinculada ao governo municipal, secretarias, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que disponibilizou o espaço para reuniões, formações e para depósito e guarda de materiais e barracas usadas na feira. O diálogo se estendeu também ao legislativo local, via parlamentares dispostos a estimular, incentivar ou até mesmo a legislar sobre a iniciativa inovadora que chegara. Entretanto, foi evidente o desinteresse do Poder Executivo de Esmeraldas, ainda no início do projeto, o que dificultou ainda mais seu sucesso, demandando muita energia e persistência dos associados no diálogo e articulação com os poderes locais.

O principal interesse dos grupos e da Associação era a melhoria da qualidade econômica e de vida, considerando a vulnerabilidade do distrito e seus problemas de desemprego, falta de oportunidades e perspectivas positivas. Considerando-se as vitórias com a criação Associação e da consolidação da feira, acredita-se que essas melhorias foram alcançadas, mesmo que parcialmente, ainda que a situação não fosse a ideal a realidade se mostrou melhor que a encontrada no início.

5. CONCLUSÃO

Esse importante movimento acontecido no distrito de Melo Viana desde a abordagem até a construção da Associação serve como exemplo de como ações de inclusão econômica podem ser pautadas em princípios de cidadania e autonomia, buscando gerar oportunidades mais justas e solidárias e com efetiva participação popular na própria construção, a autogestão, não apenas como atores passivos que recebem, como no clientelismo, típico daquela região.

A Associação, que praticamente começou do zero, com a maioria de seus integrantes não possuindo conhecimento sobre Economia Solidária, tornou-se um grupo organizado de produção e um instrumento de participação, cidadania e política ativa, mesmo que com uma atuação limitada aos arredores de Melo Viana, e com dificuldades em seu desenvolvimento, citadas na seção anterior.

Isso só foi possível graças a uma rede de esforços, começando pela intervenção assertiva e dedicada da equipe do NESTH, que provocado pelo Fórum Metropolitano de Economia Solidária apresentou o projeto e se disponibilizou para guiar os produtores através de assessorias; à aceitação desses produtores, em especial, as mulheres, e a persistência diante das dificuldades, ao apoio dos fóruns de Economia Solidária, vizinhos, de lideranças em geral e de agentes do governo, mesmo que de forma bastante tímida.

O modelo da Economia Popular Solidária é muito distinto do usualmente difundido, portanto, é relevante identificar que as formações ocorridas no âmbito do projeto contribuíram para firmar os princípios de autogestão e solidariedade de classe em vários membros, levando-os não apenas a desenvolverem seus empreendimentos e a economia local, mas também se desenvolverem enquanto seres sociais e agentes de si mesmo (SINGER, 2002a).

Infelizmente, não foi possível para o verificar a atual situação do distrito, por problemas de saúde que impossibilitam o convívio e o aprofundamento da pesquisa e a consequente perda de contato com outras pessoas envolvidas com o projeto. Uma rápida visita à página do Facebook da Feira Da Economia Popular Solidária Melo Viana⁹ mostrou uma última publicação em agosto de 2019, anunciando mais uma das feiras. MEDEIROS (2018) aponta como relações clientelistas comuns entre

⁹ FACEBOOK. Feira Da Economia Popular Solidária Melo Viana. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100066822757643>>. Acesso dia: 26 out. 2022.

os órgãos políticos da comunidade acabam desestimulando a população, por não reconhecerem suas ações. A autora também apontou a necessidade do suporte das entidades de apoio e fomento, que, nesse caso, era o NESTH e seus múltiplos parceiros. Mas com a inatividade do Núcleo com a aposentadoria compulsória de seu coordenador em 2019, esse apoio é impossibilitado.

Apesar das dificuldades apontadas, esta pesquisa conseguiu discutir a problemática da Economia Popular Solidária e como seus instrumentos diversos podem contribuir para transformar a realidade e a vida dos envolvidos, podendo se tornar ferramenta valiosa na luta por justiça social, econômica e ambiental num exercício de movimento mútuo que traz luz aos anseios coletivos e a busca por transformação e emancipação de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Evandro Luis; FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. *O PDDI-RMBH e as possibilidades de um desenvolvimento endógeno desencadeado pela economia popular metropolitana*. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6199>>. Acesso em 5 de abril de 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010*. Brasília: 2012. 204 p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho. *II Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: 2010. 45 p.

CARVALHO, K. L. . Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: *II Conferência do Desenvolvimento*, 2011, Brasília. II Conferência do Desenvolvimento - IPEA, 2011. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

COSTA, Bianca Lima. O Movimento de Economia Popular Solidária em Minas Gerais: Histórico, Lutas e Conquistas. In: Horta, Carlos Roberto; Costa, Cândida da; Alves, Flávia Assis. (Org.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, v. , p. 191-206.

CULTI, M. N. *Economia Solidária: Geração de Renda e Desenvolvimento Local*. IV Seminário FAFICH, 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto6.pdf>>.

DINIZ, Sibelle C. ; ROCHA, Victoria Maria . *Panorama da economia solidária no estado de Minas Gerais*. MERCADO DE TRABALHO (RIO DE JANEIRO. 2019) , v. 66, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9939/1/bmt_66_economia_solidaria_p_anorama_da_economia.pdf. Acesso em: 25/10/22.

DIONNE, H. *A pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília-DF: Líber, 2007.

ESMERALDAS. Prefeitura Municipal de Esmeraldas. *Revisão do Plano Diretor de Esmeraldas - Leitura Comunitária*. Esmeraldas, 2015.

FRANÇA, Filho *et al.* (2004), *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS.

FACEBOOK. *Feira Da Economia Popular Solidária Melo Viana*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100066822757643>>. Acesso dia: 26 out. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional*. Sociedade e Estado, Brasília-DF, v. XVI, n.1-2, p. 245-275, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estudos populacionais: mercado de trabalho. Emprego renda - CAGED: dezembro/2019*. Informativo FJP, v. 2, n. 1, janeiro, 2020.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 111-122.

HORTA, C. R. ; ALVES, F. A. Pesquisa-ação participativa para o desenvolvimento local e economia solidária com grupos populares na região de Belo Horizonte (Brasil). In: Horta, Carlos Roberto; Costa, Cândida da; Alves, Flávia Assis. (Org.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, v., p. 383-395.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse por Setores*, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama*, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/esmeraldas/panorama>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo: amostra de trabalho*, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/esmeraldas/pesquisa/23/22957?detalhes=true>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: um movimento internacional*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 7 – 47, mar.2009. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LECHAT, N. M. P. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. 2002. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado – Exclusão, Desemprego e Precarização no final do Século*, São Paulo, Contexto, 1999.

MEDEIROS, Camila Amorim de Sena. Cidadania e economia solidária: a experiência da Associação de Produtores de Economia Solidária de Melo Viana. In: Horta, Carlos Roberto; Costa, Cândida da; Alves, Flávia Assis. (Org.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, v. , p. 161-177.

MILANOVIC, Branko. *Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo: Todavia, 2020.

MORAIS E BACIC. *A importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (EES): avanços, retrocessos e desafios no Brasil*, Revista da ABET, v. 18, n. 1, Janeiro a Junho de 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO HUMANO. *Histórico*. [S.l.] [2015?]. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/historico.html>> Acesso em: 12 ago. 2020.

PREFEITURA DE ESMERALDAS. *Curiosidades Sobre A Cidade*. [S.l.] [2015?]. Disponível em: <<https://www.esmeraldas.mg.gov.br/curiosidades-sobre-a-cidade>> Acesso em: 30 out. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Processos da Globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B. S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SILVA, N.; SILVA, M., 2017. Efeitos do Avanço da Agenda Neoliberal Sobre a Política Nacional de Economia Solidária no Brasil.

THIOLLENT, M. J. M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2018/08/7-metodologia-da-pesquisa-a-c3a7c3a3o.pdf>>.

VENTURA, Magda Maria. *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Rev SOCERJ. 2007;20(5):383-386.